

A OCUPAÇÃO SELVAGEM DA TERRA AMAZÔNICA

As atividades implantadas e em processo de implantação na Amazônia não incluem qualquer preocupação com a preservação do meio ambiente e a continuidade das riquezas renováveis. Essa questão ainda não sensibilizou os poderes da República

Fernando Correa de Sá e Benevides
Sociólogo

A questão da ocupação e aproveitamento da terra na região amazônica até agora, passados 20 anos, continua sendo tratada de modo inadequado, porque sempre esteve e permanece à mercê, de um lado, do despreparo dos milhares de rurícolas afeitos a práticas rotineiras e primárias, que para aí migraram vindos de áreas culturalmente detasadas e, do outro, de capitalistas isolados ou de empresas unicamente interessadas no lucro imediato e fácil sem qualquer limitação. Os governos sempre se mantiveram ausentes e sem política definida, a não ser naquilo que se referisse a oferecer vantagens e favores, frequentemente lesivos aos interesses nacionais, com o que estimularam a ação predatória, repetindo no presente o que foi a constante histórica do passado colonial.

E o mais grave é que essa situação prevaleça numa área praticamente virgem e com sérias implicações geopolíticas do ponto de vista da segurança nacional, visto que a Amazônia, historicamente, foi o foco de atração do domínio do colonialismo industrial, que nunca descartou o propósito de seu retalhamento por meio da internacionalização da área, por ação isolada ou de conjunto sob diversos disfarces ou simulações, que chegaram a ter adesão de setores representativos de nossa sociedade, desde o tempo do Império.

Em consequência, a região amazônica tem agora o seu futuro comprometido, comprometendo o futuro do País, devido às atividades, aí implantadas e em processo de implantação, orientadas no sentido de satisfação plena dos interesses dos cartéis internacionais, que aqui, como em outras regiões do mundo, mesmo naquelas em que têm suas sedes, não incluem em seus propósitos exclusivos de lucros qualquer tipo de preocupação em preservar o meio ambiente e garantir com ele a continuidade de riquezas renováveis. E no que diz respeito às riquezas não renováveis, esmagam — com o poder do capital e do monopólio da tecnologia, que lhes permitem, inclusive pela manipulação da informática, confundir e aliciar — qualquer manifestação de resistência.

Do ponto de vista social, nós e as multinacionais, acumulando absurdos, estamos fazendo da Amazônia a maior área de tensões sociais da América Latina, transformando-a em palco e cenário do banditismo e da violência, que faria inveja ao banditismo e a violência do século XIX no Oeste norte-americano.

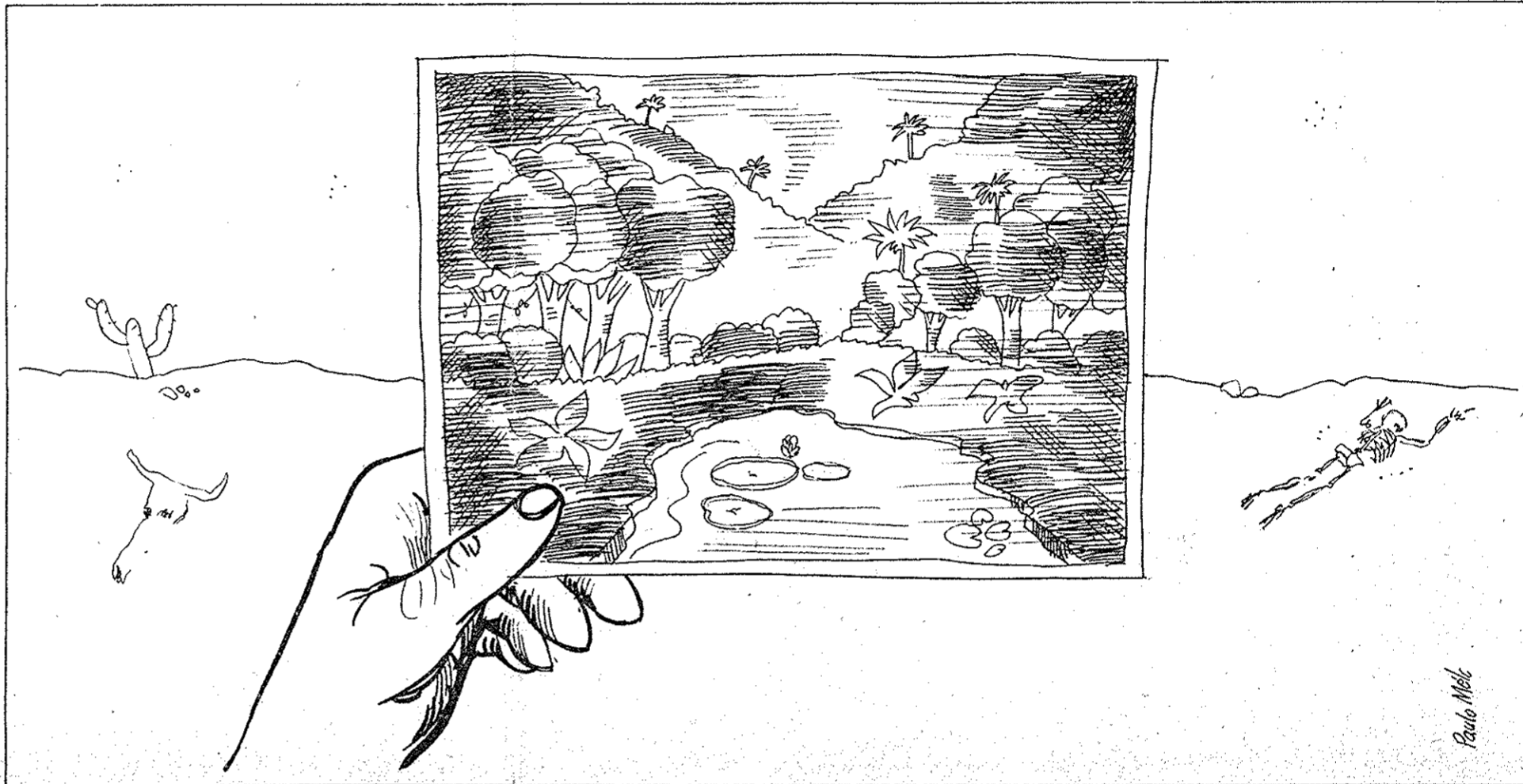
O problema amazônico ainda não sensibilizou os poderes da República, nem tampouco a maioria das lideranças sociais, porque todas as decisões têm ficado no domínio exclusivo de tecnocratas econômicos, cuja preocupação única é se manterem fiéis ao critério do lucro empresarial, o qual exclui compromissos com a Nação.

A pressão exercida pela tecnocracia visa a criar uma atmosfera em tudo e por tudo favorável à contestação de uma ideologia de segurança nacional, que não esteja compatível com a repressão política e social, de maneira a deixar fluir a economia em benefício dos grupos internacionais, que, jogando com os dados de um crescimento econômico, os quais realmente impressionam os menos avisados, facilmente conseguem simular um desenvolvimento sob o falso argumento, porque não encontra respaldo nem na história econômica, nem na própria economia, de que o segundo só se torna viável quando se alimenta o primeiro com inflação de lucros e concentração progressiva da renda nacional.

O pronunciamento feito pelo senador Jarbas Passarinho contra as ideologias, em seu discurso na instalação do PDS, no qual mencionou, diretamente, a ideologia da segurança nacional, parece que se relaciona com o reparo que fizemos acima.

Essa atmosfera ideológica, que reprime a crítica objetiva e impõe restrições à livre participação criadora dos indivíduos por reduzi-la, muita vez, a conotações subversivas, porque os canais da informação são manipulados pelos grupos interessados no *statu quo*, conforme, aliás, deixou claro o almirante Antônio Vianna, quando a respeito, declarou: "salta aos olhos o trabalho eficiente de destruição das bases nacionais empreendido pelas multinacionais, utilizando os bastidores do governo". Isso explica, por exemplo, que 32% das terras do norte de Mato Grosso fossem ocupadas por uns poucos milionários paulistas e outros tantos pelas multinacionais. Os primeiros, manipulando a fraude cartorial e armando destacamentos da própria polícia estadual, enxertados por jagunços, estes recrutados pelos gatos, para se apossar de terras que lhes não pertenciam, com a cobertura de prefeitos e governadores. As segundas, se valendo do tráfico de influência dentro da Sudam. A verificação desses fatos está à mostra na CPI das Terras do Congresso Nacional, nos relatórios do Inbra, nas concessões da Sudam, nas denúncias do IBDF e de outros setores técnicos interessados na Amazônia.

Apesar das restrições ideológicas que possam ser feitas a bispos e padres, que tomaram posição ao lado de posseiros e índios na região e por isso sofreram pressões até mesmo do ministro Reis Veloso, existe o fato, embaldado em violência e crime contumazes, cuja evidência não pode ser mais óbvia.



Se a realidade não fosse essa, a Sudam, o IBDF e o Inbra não teriam, praticamente, perdido o controle da ocupação humana da área, sobretudo a partir de quando as empresas multinacionais, com apoio nos bastidores dos gabinetes ministeriais, iniciaram o domínio estratégico da região amazônica, onde já ocupam o equivalente a 10% do total dos terrenos agricultáveis do País, num total de 20 milhões de hectares ou 200.000 quilômetros quadrados, distribuídos nas confluências dos grandes rios, ou ao longo destes, além de se terem estabelecido nas proximidades da embocadura do delta-estuário do rio Amazonas, o que lhes permite, com facilidade, o controle comercial da bacia hidrográfica amazônica, como é o caso da Bulke Carrier, do anacoreta Ludwig, e do Grupo Rockfeller, representado, entre outras, pela Georgia Pacific e Bethlehem Steel.

Em muitos casos, nem a Sudam nem o Inbra sabem reconhecer onde se situam os limites das terras concedidas, como por exemplo nos casos da Bordon S.A.; da Agropecuária Nova Esperança; da Cia. Agropastoril Sul da Amazônia e muitos outros projetos, cuja enuneração seria ociosa.

Todos tomaram conhecimento das entrevistas concedidas, respectivamente, pelo ex-assessor de Imprensa do presidente Geisel e pelo atual ministro do Interior Mário Andreazza, publicada no *Jornal do Brasil* de 12 de julho de 1979. Valem por uma confissão de desídia governamental e, portanto, de ausência do poder público na condução dos projetos até agora realizados na Amazônia. Disse aquele assessor, a certa altura, que "o projeto do ponto de vista técnico é inatacável — (referia-se à Jari e é lógico que as multinacionais não iriam desenvolver projetos tecnicamente imperfeitos, porque não são dirigidas por deficientes mentais) — mas chegou a hora de agir na área e esta ação não veio antes por omissão". Nesse caso cabe a pergunta: por que ele e o ministro Andreazza, que participaram de governos no período de dez anos a que se referem, só agora vêm a público manifestar suas preocupações?

Examinando toda a farta documentação existente sobre a Amazônia, podemos afirmar, sem medo de errar, que a situação, do ponto de vista dos interesses nacionais, é simplesmente catastrófica, embora seja, vista da ótica dos investidores em empreendimentos com dinheiro da Nação, um verdadeiro Eldorado, porque, inclusive, por falta de fiscalização ou por conivência de autoridades públicas, a Amazônia se situa como a maior área de contrabando, desde a madeira e peles animais até ao ouro e diamante, que saem do País abertamente. Essa traficância só é eventualmente detida, quando algum agente inconformado de órgãos oficiais que atuam na área consegue movimentar comandos militares para intervir, como noticiou *O Globo*, de 23 de janeiro de 1977.

Todo esse descabro vem acontecendo, ano após ano, não obstante as denúncias, que, por esse ou aquele meio, escapam ao controle da tecnocracia comprometida, ou as advertências feitas por representantes de alguma organização não oficial, como as contidas nas palavras do empresário Irapuan Sales Filho, quando assumiu a presidência do Centro de Indústrias do Pará, em 1977, ao lançar uma campanha de âmbito nacional, visando a reabilitar a Amazônia. Disse ele: "porque a região amazônica vem sendo preterida nos últimos anos pelo próprio Governo" (explicando a razão da campanha), para concluir que "esgotamos outras possibilidades e tentativas para

mudar o quadro negro que se está pintando para a região". Que possibilidades e tentativas são essas senão as gestões feitas junto a órgãos governamentais e autoridades públicas?

O MEIO AMBIENTE E O MITO DE SUA FERTILIDADE

Quando as pessoas comuns falam da Amazônia emprestam-lhe a imagem de uma floresta contínua e uniformemente distribuída, crescendo, segundo imaginam, num solo de extraordinária fertilidade, pois só esta explicaria a pujança florestal. A realidade, entretanto, é completamente outra. Nem a floresta é igual em toda a extensão amazônica nem a terra é fértil. Há uma enormidade de particularidades, caracterizando, para o especialista botânico, diversos ecossistemas, com seus próprios bancos genéticos e nichos ecológicos. Essa assimetria natural, talvez, mais aí do que em outras áreas do mundo, tem um ponto comum: a estreita dependência entre a vida animal aquática e a mata. Aquela se diversifica em função desta, numa correspondência biunívoca, de forma que qualquer agressão à mata é uma agressão à vida animal aquática.

Desde logo, temos que distinguir três tipos básicos de floresta:

a) a floresta de igapó, permanentemente alagada, onde a vida vegetal se realiza dentro d'água durante todo o dia do ano;

b) a floresta de várzea, que se desenvolve nas terras baixas, alagadas periodicamente pelas cheias dos rios. O solo é coberto por espessa camada de húmus em permanente processo de putrefação e, por isso, em contínua fermentação, o que torna os terrenos impróprios ao cultivo. Se removermos essa floresta vamos encontrar um solo pobre e pouco profundo, inteiramente lixiviado, sobre um subsolo laterítico a alguns centímetros abaixo. Mesmo as árvores de grande porte, que supomos firmemente enraizadas na terra, têm raízes pouco profundas;

c) a floresta de terra firme, que, como as anteriores, é heterogênea quanto às espécies vegetais, pela diversidade das associações; que cresce também em solo pobre por ser laterítico ou silicoso. É comum ocorrer o afloramento de terrenos arenosos quando se remove o manto vegetal. Tal como o solo da floresta de várzea, o da floresta de terra firme é lixiviado. E isso se explica pela frequência e abundância das precipitações atmosféricas que lavam constantemente a terra. Neste caso a remoção do manto florestal acelera a lixiviação e as águas das chuvas, não encontrando obstáculos, que as retenham por infiltração ou as retardem no escoamento das quantidades não infiltradas, realizam intenso trabalho de erosão, levando para os rios as camadas superficiais mais moles, que são aquelas possivelmente aproveitáveis para o cultivo. O desmatamento indiscriminado está fazendo a região perder, segundo cálculos recentes, nove toneladas de terra por hectare e por ano.

d) floresta de encosta, que é uma variante da floresta de terra firme e, como esta, não inundável; mas que uma vez removida irracionalmente pelo fogo e pelo trator, além das serras automáticas, oferece o solo à destruição mecânica das águas, com velocidade muito maior, devido ao declive de deslizamento.

Debruando a floresta pelo norte e pelo sul estende-se a savana, com nome de campos, e a estepe, chamada cerrado e cerradão, sujeitos também à impiedosa destruição sem prévio levantamento ecológico, o que poderá comprometer a existência animal e vegetal aí introduzida. A savana também ocorre, como manchas, no meio da floresta de terra firme, como em Altazes, por exemplo.

Então a que se deve a exuberância da mata amazônica se o solo é pobre? Ao fato de a Amazônia ser área anticiclônica, sujeita a grandes calores e excessiva umidade, que evaporada retorna em chuva pelo esfriamento das camadas de ar frio que vêm dos pólos para ocupar o ar aquecido que sobe para os pólos. Por isso, a destruição indiscriminada da floresta resultará, além da destruição da vida animal, numa alteração climática, que poderá transformar a área em deserto.

Em face dessas realidades é que se pode considerar criminoso a forma pela qual está sendo feita a ocupação da Amazônia, porque pedologicamente, a fertilidade da região é um mito inconsciente. Todavia, a riqueza renovável oferecida pela vida animal aquática poderia, de maneira compensadora, substituir a pobreza do solo. Dissemos poderia porque a destruição irracional da floresta acarretará a destruição da riqueza animal. Leve-se ainda em conta que muito mais rentável economicamente seria o aproveitamento das essências vegetais, muitas delas industrializáveis, em vez de destruí-las para plantar na floresta, sem se saber mesmo sobre a ocorrência de epizotias capazes de infestar rebanhos inteiros.

Por tudo o que se conhece de solos e suas relações como o clima e, conseqüentemente, das associações vegetais resultantes, é possível dizer que os solos naturalmente férteis na Amazônia não chegam a representar 5% do total de sua área, isto porque a terra roxa (decomposição do diabase) rica de óxido de ferro é rara, visto que está em relação com o vulcanismo e derramamentos magmáticos, que somente poderiam ter ocorrido no sudoeste mais próximo dos Andes; o massapé, produto da decomposição granítico-gnaiss em afloramento, não se deu na região, pois que sua formação aluviônica quaternária não a poderia favorecer nesse sentido; igualmente a chamada terra poente, encaroçada, não encontraria afrazão de existir, visto ser própria de terrenos de aluvião.

Poder-se-ia argumentar que as terras de várzeas (de aluvião) têm presença marcante na Amazônia e essas terras são de grande fertilidade. Todavia, os terrenos de várzea amazônenses estão prejudicados pelos climas excessivamente quentes e úmidos, submersos no manto espesso de húmus de alto teor de lixívia, pelas razões já expostas.

Finalmente, a feroz colheita que costuma ocorrer em seguimento à remoção da floresta é muito mais verdadeira em zonas subtropicais e temperadas do que em zonas de floresta equatorial. Mesmo nas duas primeiras zonas citadas, se o solo não merecer um tratamento de proteção adequado, principalmente contra a erosão, essa feracidade do solo despido logo se perderá.

